



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

SECRETARIASOLICITANTE:Secretaria Municipal de Educação

SECRETÁRIA: Leia Maria Rea Nedel

EMAIL:financeirosme@camponovodoparecis.mt.gov.br

TELEFONE: (65) 3382-2825

RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO ETP: Jhonathan Iranche Soares

SOLICITAÇÕES DE DESPESA Nº: 111/2026

FONTE DE RECURSO:

(X) RECURSO PRÓPRIO

() CONVÊNIO

1. INTRODUÇÃO

1.1 O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada. O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

2. OBJETO DE ESTUDO

2.1 O objeto deste Estudo Técnico Preliminar visa demonstrar a melhor escolha para a contratação de empresa especializada no Atendimento na área da Educação Especial, por meio de capacitação contínua dos profissionais da rede de ensino, com o objetivo de garantir atendimento de qualidade e assegurar os direitos dos estudantes com necessidades educacionais específicas seguindo a legislação vigente;

2.2 Busca-se também com essa contratação, prestar serviços de assessoria voltada à capacitação dos profissionais do CENAM e ao acompanhamento dos professores para aprimorar estratégias de ensino para a inclusão educacional, especialmente no âmbito da Educação Especial, para o Município de Campo Novo do Parecis.

3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1 O município de Campo Novo do Parecis tem registrado um aumento significativo na demanda por atendimento especializado na área da Educação Especial. Esse crescimento torna essencial a capacitação contínua dos profissionais da rede de ensino, a fim de assegurar um ensino de qualidade e garantir os direitos dos estudantes com necessidades educacionais específicas, conforme estabelece a legislação vigente;

3.2 Nesse contexto, a contratação da psicopedagoga Eliane Rute Callegari da Silva (CLÍNICA ÁGAPE) permitirá o aprimoramento das práticas pedagógicas, promovendo uma inclusão efetiva e um suporte adequado aos estudantes que necessitam de atendimento diferenciado;

3.3 A capacitação abordará temas essenciais a realidade educacional do município por meio de assessoria direta às demandas emergenciais do CENAM (Centro de Atendimento Multiprofissional); Assessoria para a organização do Seminário de Educação Especial 2026; revisão e correção de relatórios, planos de trabalho, programações, planejamentos e palestras que serão aplicados no decorrer do ano letivo de 2026; palestras e treinamentos realizados no CENAM para os professores do



AEE (Atendimento Educacional Especializado), sendo repassado posteriormente aos demais profissionais da educação, com temas voltados às:

- Estratégias de como desenvolver o PEI com sugestões de atividades;
- Entrevista com os Pais/Responsáveis;
- Avaliação Inicial;
- Marcos do Desenvolvimento Infantil;
- Sugestão de Atividades para desenvolvimento em sala de aula (adaptação de conteúdo).

3.4 A contratação em tela vai ao encontro da legislação vigente, a qual estabelece diretrizes para a inclusão e o atendimento educacional especializado de estudantes com necessidades educacionais específicas. As principais normas que amparam esses estudantes e fundamentam a contratação de profissionais especializados são:

3.4.1 Constituição Federal (1988)

- a. O artigo 205 estabelece que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa e o preparo para o exercício da cidadania;
- b. O artigo 208, inciso III, assegura o atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

3.4.2 Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – Lei nº 8.069/1990

- a. O artigo 54, inciso III, determina que o Estado deve assegurar atendimento educacional especializado aos estudantes com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

3.4.3 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394/1996

- a. O artigo 58 define a Educação Especial como modalidade de ensino para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;
- b. O artigo 59, inciso III, estabelece que os sistemas de ensino devem assegurar professores com especialização adequada para o atendimento educacional especializado.

3.4.4 Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) - Documento orientador de política pública que direciona a formação de professores e a adaptação curricular, com vistas a garantir o acesso, a participação e a aprendizagem dos estudantes com deficiência no ensino regular. Embora não seja uma lei formal, trata-se de orientação política com grande relevância.

3.4.5 Estatuto da Pessoa com Deficiência – Lei nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão – LBI)

- a. O artigo 28, inciso XI, reforça a necessidade de formação e capacitação continuada dos profissionais da educação para o atendimento educacional especializado;
- b. O artigo 30 estabelece diretrizes para a educação de pessoas com deficiência, incluindo a oferta de educação bilíngue para surdos e outras medidas que assegurem a inclusão educacional plena.

3.4.6 Plano Nacional de Educação (PNE) – Lei nº 13.005/2014 - A Meta 4 determina a universalização do acesso à educação para pessoas com deficiência e a garantia do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino.

3.4.7 Decreto nº 12.686/2025 - Institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e regulamenta a oferta do atendimento educacional especializado, bem como



a disponibilização de serviços e profissionais capacitados para assegurar a inclusão de estudantes com deficiência na educação básica.

3.5 Com base nessas legislações e em atendimento das mesmas, a capacitação contínua dos educadores e a contratação de especialistas como psicopedagogos são essenciais para garantir um ensino inclusivo e de qualidade, respeitando os direitos dos estudantes com necessidades educacionais específicas;

3.6 A contratação de especialistas na área para a correta orientação dos profissionais da educação é um investimento essencial para a educação do município, fomentando a base educacional, capacitando professores para uma educação mais inclusiva e de qualidade. Dessa forma, a contratação desse serviço se faz necessária e urgente para garantir a qualificação desses profissionais, o desenvolvimento pleno dos estudantes e a promoção da equidade educacional, assegurando que a rede de ensino municipal cumpra seu papel de forma eficiente e inclusiva.

4. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

4.1 A referida contratação está alinhada ao planejamento das secretarias, conforme o Plano de Contratações Anual 2026 (PCA).

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1 A contratação em tela, visa garantir um atendimento educacional inclusivo e de qualidade aos estudantes com necessidades educacionais específicas no município de Campo Novo do Parecis;

5.2 Para que a contratação atenda as necessidades da Secretaria de Educação, é necessário seguir alguns requisitos:

São obrigações da Administração Pública;

5.3 Emitir ordem de fornecimento e zelar para o bom cumprimento do objeto;

5.4 Receber o serviço no prazo e nas condições estabelecidas neste Estudo;

5.5 Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos serviços;

5.6 Efetuar o pagamento devido, nas condições estabelecidas neste Estudo;

5.7 Fiscalizar a execução dos serviços prestados;

5.8 Notificar a CONTRATADA, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;

5.9 Aplicar as sanções administrativas pertinentes, em caso de inadimplemento;

5.10 Caberá ao Município receber o serviço contratado, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas neste Estudo.

São obrigações do fornecedor contratado;

5.11 Comprovar experiência na prestação de serviços de assessoria e capacitação na área da educação especial e inclusão educacional;

5.12 Apresentar documentos que comprovem formação na área de atuação como certificados, diplomas e demais documentos comprobatórios;

5.13 Equipe técnica qualificada, composta por profissionais com formação e experiência comprovada na área de educação especial, inclusão educacional e práticas pedagógicas inclusivas;



5.14 Formação acadêmica em Pedagogia, Psicopedagogia, Educação Especial, Psicologia ou áreas correlatas, com especialização e/ou experiência comprovada em inclusão educacional;

5.15 Conhecimento atualizado da legislação vigente, como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, entre outras normativas aplicáveis;

5.16 A empresa deverá apresentar Registro no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), com atividade compatível com o objeto da contratação; Regularidade fiscal e trabalhista, com apresentação das certidões negativas de débitos municipais, estaduais e federais;

5.17 A empresa contratada deverá oferecer um plano detalhado de execução do serviço, incluindo carga horária e cronograma das capacitações, compatíveis com a necessidade da rede municipal de ensino; metodologias ativas e dinâmicas, garantindo a aplicação prática das estratégias inclusivas no ambiente escolar; materiais didáticos e de apoio pedagógico, fornecidos aos participantes das capacitações; avaliação da eficácia da capacitação, com aplicação de instrumentos para mensurar o impacto das formações na prática pedagógica dos profissionais;

5.18 O contrato terá duração determinada de 09 (nove) meses, conforme a necessidade do município e disponibilidade orçamentária;

5.19 Caso aplicável, a empresa deverá oferecer garantia de qualidade dos serviços prestados, comprometendo-se a prestar suporte técnico e acompanhamento pós-formação para os educadores capacitados;

5.20 A empresa deverá desenvolver suas atividades em conformidade com as seguintes legislações e normativas:

- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996);
- Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015);
- Decreto nº 7.611/2011, que dispõe sobre a educação especial e o atendimento educacional especializado;
- Plano Nacional de Educação (PNE) e demais diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Educação e órgãos reguladores.

5.21 Cumprir rigorosamente os termos do ajuste, ao qual se vincula totalmente, não sendo admitidas retificações ou cancelamentos, quer seja nos preços ou nas condições estabelecidas;

5.22 Efetuar o serviço de acordo com o solicitado, bem como das normas constantes no Estudo;

5.23 Comunicar imediatamente e por escrito à Administração Municipal, por meio da Fiscalização, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;

5.24 Responder legal e financeiramente por todas as obrigações e compromissos contraídos com terceiros, para a execução deste contrato, bem como, pelos encargos trabalhistas, previdenciárias, fiscais, securitários, comerciais e outros afins, quaisquer que sejam as rubricas, a elas não se vinculando ao CONTRATANTE a qualquer título, nem mesmo sob o fundamento de solidariedade;

5.25 Será responsável pelo fornecimento dos serviços dentro dos padrões adequados de qualidade e segurança e demais quesitos previstos na Lei 8078/90, assegurando todos os direitos inerentes à qualidade de consumidor ao Município;



5.26 A contratada será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscal e comercial;

5.27 Refazer os serviços em desacordo com as especificações constantes no pedido, sem ônus a Administração;

5.28 Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do Município de Campo Novo do Parecis, no tocante ao fornecimento do serviço, assim como ao cumprimento das obrigações previstas neste instrumento.

6. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES

6.1 A assessoria será realizada de forma presencial, mensal, totalizando em 32h mensais no período fixo de 10 (dez) meses (fevereiro a novembro), conforme os horários a seguir:

- Sexta - feira: das 7h00 às 11h00 e das 13h00 às 17h00 – 8 horas.

6.2 Capacitação de 20 horas (sendo 16 horas presenciais e 04 horas assíncronas) nos dias 02 e 03 de fevereiro de 2026 para 160 profissionais da educação especial, conforme programação abaixo:

Dia 02/02/2026 - Teoria

- Transtorno do Espectro Autista – TEA (Características e Níveis de Suporte);
- Comportamento ABC;
- TDAH (Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade);
- Deficiência Intelectual;

Dia 03/02/2026 – Prática

- Confecção de recursos para utilização em sala de aula.

Item	Cód.	Descrição e especificação	Unid.	Quant.
1	55592	ASSESSORIA / CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO, CENAM (CENTRO DE ATENDIMENTO MULTIPROFISSIONAL), PROFESSORES DO AEE (ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO), TAE (TÉCNICOS DE APOIO EDUCACIONAL) ADI E AGENTE EDUCACIONAL PARA APRIMORAR ESTRATÉGIAS DE ENSINO PARA A INCLUSÃO EDUCACIONAL NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL PARA O MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS.	MÊS	10

7. LEVANTAMENTO DE MERCADO

7.1 Foram analisadas contratações similares realizadas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas a outros editais, com o objetivo de identificar a adoção de novas metodologias, tecnologias ou inovações que pudessem atender de forma mais eficaz às necessidades da Administração. Entretanto, não foram observadas variações significativas quanto à execução do objeto no que se refere ao papel da empresa a qual se pretende contratar;

7.2 Dessa forma, a contratação, objeto do presente Estudo Técnico Preliminar, configura-se, no cenário atual, como uma demanda recorrente entre os órgãos públicos, em todas as suas esferas. Verifica-se, portanto, a ampla disponibilidade de empresas qualificadas para executar o serviço, atendendo aos requisitos estabelecidos neste documento.



8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

8.1 A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada na prestação de serviços de assessoria pedagógica e capacitação continuada de profissionais da educação, com foco na promoção da educação inclusiva e no fortalecimento das práticas pedagógicas voltadas à Educação Especial, em atendimento às demandas do Município de Campo Novo do Parecis e em consonância com a legislação educacional vigente;

8.2 A empresa contratada será responsável por apoiar técnica e pedagogicamente a Secretaria Municipal de Educação, o CENAM e os profissionais que atuam no Atendimento Educacional Especializado (AEE), bem como Técnicos de Apoio Educacional (TAE), ADI, agentes educacionais e demais profissionais envolvidos, desenvolvendo estratégias eficazes para qualificar o atendimento aos estudantes com deficiência, transtornos do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação;

8.3 Os serviços compreenderão a realização de diagnóstico da realidade educacional local, assessoria em demandas pedagógicas emergenciais, revisão e correção de relatórios, planos de trabalho, planejamentos e demais documentos técnicos, além da elaboração e implementação de planos estratégicos voltados à inclusão educacional ao longo do ano letivo de 2026;

8.4 A capacitação dos profissionais ocorrerá de forma presencial e contínua, incluindo cursos, oficinas, treinamentos práticos e palestras, totalizando carga horária específica, com destaque para capacitação inicial de 20 (vinte) horas, sendo 16 (dezesesseis) horas presenciais e 4 (quatro) horas assíncronas, destinada a aproximadamente 160 profissionais da Educação Especial, conforme programação temática definida;

8.5 A programação temática abrangerá, entre outros conteúdos, o Transtorno do Espectro Autista (TEA), suas características e níveis de suporte; comportamento ABC; Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH); Deficiência Intelectual; confecção de recursos pedagógicos para utilização em sala de aula; avaliação inicial e dos marcos do desenvolvimento infantil; elaboração do Plano Educacional Individualizado (PEI); entrevistas com pais e responsáveis; adaptação de conteúdos curriculares e sugestões de atividades inclusivas para o contexto escolar;

8.6 A assessoria também contemplará palestras e treinamentos realizados no âmbito do CENAM, com o objetivo de orientar os professores do AEE, que atuarão como multiplicadores junto aos demais profissionais da rede, bem como apoio técnico para a organização e realização do Seminário de Educação Especial 2026;

8.7 A execução dos serviços será estruturada em etapas, iniciando-se com diagnóstico situacional, seguido pelo desenvolvimento e aplicação de metodologias inclusivas, capacitação continuada dos profissionais e acompanhamento sistemático das ações implementadas, assegurando suporte técnico permanente durante o período de vigência do contrato;

8.8 Como resultado da solução proposta, espera-se o fortalecimento da cultura da educação inclusiva no município, a qualificação das práticas pedagógicas, a ampliação da acessibilidade e da qualidade do ensino, bem como a capacitação efetiva dos profissionais da educação para atuarem de forma segura, eficiente e alinhada às diretrizes legais e pedagógicas da Educação Especial.

9. JUSTIFICATIVAS PARA PARCELAMENTO



9.1 Não há elementos que justifique a divisão do serviço, considerando que se trata de uma única contratação.

10. RAZÃO DA ESCOLHA DO CONTRATADO E DO VALOR

10.1 As contratações realizadas pelos órgãos e entidades da Administração Pública seguem obrigatoriamente um regime regulamentado por Lei, obrigação esta advinda do dispositivo constitucional previsto no **artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988**, o qual determina que as obras, os serviços, compras e alienações devem ocorrer, em regra, mediante processo licitatório, garantindo igualdade de condições a todos os interessados;

10.2 A licitação é o meio encontrado pela Constituição Federal para assegurar isonomia, impessoalidade e economicidade na seleção de propostas que melhor atendam às necessidades do Poder Público, permitindo que diferentes pessoas físicas ou jurídicas possam concorrer de forma justa, garantindo à Administração a escolha mais vantajosa;

10.3 Todavia, a própria legislação reconhece que há hipóteses em que a competição é inviável, como nos casos de serviços técnicos de natureza singular ou de profissionais do setor artístico e intelectual consagrados pela crítica especializada ou pela opinião pública. O artigo 74 da Lei nº 14.133/2021, em seu inciso III, dispõe expressamente:

**“Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:
(...)**

II – contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.”

10.4 Com base no crescimento significativo da demanda por atendimento especializado na área da Educação Especial no Município de Campo Novo do Parecis, torna-se indispensável a capacitação continuada dos profissionais da rede municipal de ensino, a fim de assegurar a qualidade do atendimento educacional e a efetivação dos direitos dos estudantes com necessidades educacionais específicas, conforme preconiza a legislação vigente. Nesse contexto, é fundamental investir na formação técnica e pedagógica dos educadores, especialmente daqueles que atuam diretamente no Atendimento Educacional Especializado – AEE;

10.5 A contratação dos serviços de assessoria pedagógica da psicopedagoga Eliane Rute Callegari da Silva, por meio da empresa CLÍNICA ÁGAPE, está diretamente alinhada a esse objetivo, uma vez que sua atuação contribuirá significativamente para a qualificação da equipe psicopedagógica do CENAM, bem como dos professores do AEE, dos Técnicos de Apoio Educacional, ADI, agentes educacionais e docentes da sala regular;

10.6 Considerando seu histórico profissional, experiência prática e formação acadêmica, entende-se que a contratação é indispensável e representa relevante contribuição para o fortalecimento das ações de Educação Especial no município;

10.7 A profissional apresenta os seguintes requisitos que a qualificam como a mais indicada para a prestação da assessoria especializada:

10.7.1 Formação Acadêmica:

- Magistério;



- Pedagogia;
- Especialização em Educação Infantil;
- Especialização em Análise do Comportamento Aplicada (ABA);
- Psicopedagogia Clínica e Institucional;
- Psicopedagogia Clínica;
- Neuropsicopedagogia Clínica;
- Psicomotricidade.

10.7.2 Cursos Complementares:

- Formação na área do Transtorno do Espectro Autista (TEA) e atuação como aplicadora ABA;
- Certificação de aplicadora ABA pela Academia do Autismo;
- Método Fônico Mediado;
- Mediadora Cognitiva de Excelência;
- Título de Professora Referência na Alfabetização de Crianças com Deficiência Intelectual (Guardiã da Inclusão);
- Formação em Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH);
- Avaliação pelo Método Neuro PP Avalia;
- Laboratório de Intervenção ABA.

10.7.3 Experiência Profissional:

- 13 (treze) anos de experiência como professora na Educação Infantil e no Ensino Fundamental;
- 08 (oito) anos de experiência na coordenação e direção da APAE de Campo Novo do Parecis;
- Atuação na Direção da Educação Infantil no Município de Campo Novo do Parecis;
- 09 (nove) anos de atuação clínica como Neuropsicopedagoga e Psicopedagoga na Clínica Ágape;
- Experiência prévia como Assessora do CENAM no Município de Campo Novo do Parecis.

10.8 A capacitação e a assessoria possibilitarão o aprimoramento das práticas pedagógicas e institucionais, promovendo uma inclusão educacional efetiva e assegurando suporte técnico adequado aos estudantes que demandam atendimento educacional especializado;

10.9 As ações formativas contemplarão temas diretamente relacionados à realidade educacional do município, incluindo, entre outros:

- Transtorno do Espectro Autista (TEA): características, níveis de suporte e estratégias de intervenção;
- Comportamento ABC;
- Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH);
- Deficiência Intelectual;
- Anamnese escolar e entrevista com pais ou responsáveis;
- Avaliação inicial e dos marcos do desenvolvimento infantil;
- Elaboração do Plano Educacional Individualizado (PEI);



- Sugestão e confecção de recursos pedagógicos e adaptação de conteúdos para a sala de aula;
- Rodas de conversa com estudos de caso.

10.10 Ressalta-se que a legislação federal estabelece diretrizes para a formação continuada dos profissionais da educação, reforçando a necessidade de investimentos permanentes nessa área. Assim, a presente solicitação visa atender à demanda crescente do município e garantir que a rede municipal de ensino cumpra seu papel de forma eficiente, inclusiva e alinhada às normativas legais;

10.11 Como parte das ações previstas, a psicopedagoga também atuará no apoio à organização e realização do Seminário de Educação Especial 2026, incluindo a realização de palestras e formações temáticas voltadas aos profissionais da rede, contribuindo para a disseminação de conhecimentos e fortalecimento das práticas inclusivas;

10.12 Dessa forma, a contratação da assessoria e capacitação especializada mostra-se necessária e estratégica, visando assegurar a qualidade do ensino, o pleno desenvolvimento dos estudantes, o respeito aos seus direitos e a promoção da equidade educacional no âmbito da rede municipal;

10.13 A forma de contratação será por meio de inexigibilidade de licitação, uma vez que, embora a licitação seja a regra, a Lei nº 14.133/2021, em seu art. 74, inciso III, prevê exceção nos casos de inviabilidade de competição para treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, sendo o caso do processo de inexigibilidade de licitação para a contratação da empresa CLÍNICA ÁGAPE, CNPJ nº 27.172.819/0001-92, por meio de sua representante legal Eliane Rute Callegari da Silva, profissional de notória especialização, indispensável à capacitação e assessoria dos profissionais do CENAM e da rede municipal de ensino;

10.14 O valor mensal da contratação será de R\$ 14.500,00 (quatorze mil e quinhentos reais), a ser pago durante o período de fevereiro a novembro de 2026, totalizando 10 (dez) meses de execução contratual. A carga horária será de 08 (oito) horas semanais, realizadas de forma presencial às sextas-feiras, das 7h00 às 11h00 e das 13h00 às 17h00.

11. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

11.1 Qualificação técnica dos profissionais da educação, especialmente daqueles que atuam no Atendimento Educacional Especializado (AEE), no CENAM e nas salas regulares, por meio de formação continuada, assessoria pedagógica e acompanhamento sistemático;

11.2 Melhoria das práticas pedagógicas inclusivas, assegurando que os educadores estejam preparados para atender, de forma adequada e eficaz, os estudantes com deficiência, transtornos do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação;

11.3 Fortalecimento da política de educação inclusiva do município, alinhando as ações pedagógicas às diretrizes da legislação vigente e às normativas nacionais de Educação Especial Inclusiva;

11.4 Padronização e aprimoramento dos instrumentos pedagógicos, como avaliações iniciais, anamnese escolar, elaboração e aplicação do Plano Educacional Individualizado (PEI), garantindo maior organização, coerência e efetividade no acompanhamento dos estudantes;



11.5 Ampliação da capacidade técnica do CENAM, por meio do suporte especializado na revisão de relatórios, planejamentos, planos de trabalho e documentos pedagógicos utilizados ao longo do ano letivo;

11.6 Promoção de práticas pedagógicas baseadas em evidências, com utilização de metodologias e estratégias reconhecidas, contribuindo para intervenções mais assertivas e eficazes no processo de ensino e aprendizagem;

11.7 Aprimoramento do atendimento aos estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), considerando a representatividade desse público na rede municipal, por meio da formação específica dos profissionais e da disseminação de estratégias adequadas de intervenção;

11.8 Disseminação do conhecimento técnico entre os profissionais da rede, por meio da formação de multiplicadores, palestras e seminários, ampliando o alcance das ações formativas;

11.9 Monitoramento contínuo dos resultados das ações implementadas, possibilitando ajustes nas práticas pedagógicas e garantindo a efetividade das estratégias de inclusão adotadas;

11.10 Elevação da qualidade do ensino e da equidade educacional, assegurando o pleno desenvolvimento dos estudantes, o respeito às suas especificidades e a promoção de um ambiente educacional mais acessível, inclusivo e eficiente.

12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

12.1 O município já realizou contratações anteriores para o mesmo objeto, com plena conformidade aos processos licitatórios e sem nenhuma ocorrência negativa ou irregularidade quanto à forma, ou entrega de materiais ou serviços conforme o contrato nº 26/2025. Esse contrato foi executado dentro dos prazos e condições estabelecidas, demonstrando a eficiência e a transparência da gestão pública na condução de aquisições similares. A experiência adquirida com essa contratação reforça a capacidade da administração em realizar novas aquisições com segurança, garantindo o cumprimento das exigências legais e a qualidade dos serviços prestados à população.

13. IMPACTOS AMBIENTAIS

13.1 Não se aplica.

14. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

14.1 A viabilidade desta contratação se justifica pelo fato de que a solução apresentada demonstrou ser vantajosa para a Administração, além das demais razões já expostas neste Estudo Técnico Preliminar. Ademais, a realização deste estudo é fundamental para a aquisição de conhecimento e para a melhoria contínua na prestação do serviço público, sempre em conformidade com os princípios da Administração Pública, especialmente aqueles previstos no artigo 37, caput, da Constituição Federal de 1988;

14.2 A presente contratação é necessária, pois a solução proposta atende às demandas da Secretaria Municipal de Educação e está em conformidade com a legislação e as condições de mercado. O levantamento de mercado realizado demonstra que as condições são favoráveis ao fornecimento do objeto contratado, garantindo a adequação e eficiência na execução do serviço.



Campo Novo do Parecis, 12 de janeiro de 2026.

Jhonathan Iranche Soares
Responsável pela elaboração do ETP

Leia Maria Rea Nedel
Secretária Municipal de Educação



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: CBE6-DD13-746E-A341

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



JHONATHAN IRANCHE SOARES (CPF 042.XXX.XXX-05) em 13/01/2026 13:08:10 GMT-04:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



LEIA MARIA REA NEDEL (CPF 304.XXX.XXX-15) em 13/01/2026 13:56:45 GMT-04:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Esta versão de verificação foi gerada em 13/01/2026 às 14:56 e assinada digitalmente pela 1Doc para garantir sua autenticidade e inviolabilidade com o documento que foi assinado pelas partes através da plataforma 1Doc, que poderá ser conferido por meio do seguinte link:

<https://camponovodoparecis.1doc.com.br/verificacao/CBE6-DD13-746E-A341>